



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CONTRATO Nº 08/2023**

**CONTRATO TRE-RO N. 08/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI TRE-RO N. 0001016-92.2021.6.22.8000**

**EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N. 73/2022/TRE-PE**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 100/2022/TRE-PE**

Contratação pelo TRE-RO do objeto constante da Ata de Registro de Preços n. 100/2022/TRE-PE, assinada em 23/12/2022, publicada no Diário Oficial da União - DOU n. 243, de 27/12/2022, Seção 3, fl. 221, com vigência por 12 meses, a partir da publicação de seu extrato no DOU, e gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco – TRE-PE. Contratação decorrente da condição do TRE-RO de Partícipe do Pregão Eletrônico com registro de preços n. 73/2022/TRE-PE (Processo SEI TRE-PE n. 0000057-28.2022.6.17.8000).

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE FIREWALL COM SOFTWARE DE ANÁLISE DE LOGS, CONEXÃO 2FA PARA VPN E SUPORTE/GARANTIA DE 60 MESES, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO), E A EMPRESA OI S/A, NA FORMA ABAIXO:**

**CONTRATANTE:** A União, por meio do **Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO)**, com endereço na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG \*\*\*.893-SSP/RO e do CPF/MF \*\*\*.106.849-\*\*, no uso da atribuição que lhe confere nomeada a Portaria TRE-RO n. 01, de 03 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 8 de janeiro de 2018, portadora da matrícula funcional n. 260468.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CONTRATADA:** A Empresa **OI S/A**, com sede na Rua do Lavradio, 71, 2ª andar, Centro, CEP: 20230-070, no Rio de Janeiro/RJ, Telefones: (71) 98553-3319 e 0800318031, neste ato representada por seu Executivo de Negócios, senhor(a) **JORGE ALVES BASTOS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº \*\*\*.486.77\*, órgão expedidor SSP/BA e do CPF/MF nº \*\*\*.474.005-\*\*, E-mail: [jorge.alves@oi.net.br](mailto:jorge.alves@oi.net.br); e representada também por seu Gerente de Vendas, senhor(a) **SÉRGIO AUGUSTO FERREIRA DA SILVA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº \*\*\*723\*, órgão expedidor SSP/PE e do CPF/MF nº \*\*\*.751.954-\*\*, E-mail: [sergio.ferreira@oi.net.br](mailto:sergio.ferreira@oi.net.br), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social].

Os **CONTRATANTES** têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, sujeitos às normas da Lei n.º 10.520/2002, dos Decretos n.ºs 3.555/2000, 8.538/2015 e 10.024/2019 e 8.538/2015, da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Lei n.º 8.666/1993, ao Pregão Eletrônico n. 73/2022/TRE-PE que originou a presente contratação e à Proposta apresentada pela **Contratada**, que integram este Contrato, independentemente de transcrição, têm entre si, justa e pactuada, a contratação do objeto, com fulcro na Lei n.º 8.666/1993 e no Pregão referido, e consoante autorização no TRE-RO constante no Despacho nº 450/2023-PRES/DG/GABDG, de 03/05/2023 (evento [1003738](#)), mediante as cláusulas e condições seguintes.

### **Cláusula Primeira - DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a aquisição de firewall com software de análise de logs, conexão 2FA para VPN e suporte/garantia de 60 meses, consoante as especificações estabelecidas no Requerimento de Contratação, no Termo de Referência e nas propostas da **Contratada**, os quais integram este instrumento, independentemente de transcrição, e nas demais condições descritas neste Contrato.

### **Cláusula Segunda - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

Este Contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, contada a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União - DOU, exceto



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para os itens 5 e 6, que terá vigência de 6 (seis) meses, também contada a partir da publicação do extrato do contrato no DOU, conforme resumo a seguir:

Vigência dos itens	
Itens 1, 2, 3 e 4	60 (sessenta) meses, contada a partir da publicação do extrato do contrato no DOU.
Itens 5 e 6	6 (seis) meses, contada a partir da publicação do extrato do contrato no DOU.

**Cláusula Terceira - DO PREÇO**

A **Contratada** receberá da **Contratante** pelos serviços executados, o valor de R\$ 1.610.719,90 (Um milhão seiscentos e dez mil setecentos e dezenove reais e noventa centavos):

LOTE 1						
Item	Unidade	Material/Serviço	Descrição (Catmat/Catser)	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Un	FIREWALL DE BORDA TIPO I	481646 - EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA DE REDE  TIPO: APPLIANCE  APLICAÇÃO: FIREWALL	02	158.152,69	316.305,38
02	Un	FIREWALL DE NÚCLEO TIPO I	481646 - EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA DE REDE  TIPO: APPLIANCE  APLICAÇÃO:	02	229.509,56	459.019,12

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

			FIREWALL			
03	Un	FIREWALL DE CARTÓRIO TIPO I	481646 - EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA DE REDE  TIPO: APPLIANCE  APLICAÇÃO: FIREWALL	30	15.915,63	477.468,90
04	Un	SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E RELATÓRIO	27464 - LICENCIAMENTO DE DIREITOS PERMANENTES DE USO DE SOFTWARE PARA SERVIDOR	34	4.440,00	150.960,00
05	Un	IMPLANTAÇÃO COM HANDS ON	3840 - TREINAMENTO INFORMÁTICA - SISTEMA/SOFTWARE	02	64.863,25	129.726,50
06	Un	TREINAMENTO OFICIAL	3840 - TREINAMENTO INFORMÁTICA - SISTEMA/SOFTWARE	04	19.310,00	77.240,00
TOTAL GERAL DO CONTRATO (R\$):						1.610.719,90

Fonte: INFORMAÇÃO Nº 4/2023 - PRES/DG/STIC/COSEIC  
(evento [0991757](#))

Parágrafo Único - Todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

execução do objeto licitado, que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato ou decorrentes de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da **Contratada**.

### **Cláusula Quarta - DO REAJUSTE**

Os preços dos serviços objeto deste Contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta de preços pela licitante no **Pregão Eletrônico n. 73/2022/TRE-PE**, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data do início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mantido pelo Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:

**Fórmula de Cálculo:**  $Pr = P + (P \times V)$

Onde: Pr = preço reajustado, ou preço novo; P = preço atual (antes do reajuste); V = variação percentual obtida na forma do primeiro item desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

### **Cláusula Quinta - DO PAGAMENTO**

Pela perfeita execução do objeto licitado, a **Contratante** efetuará o pagamento mediante ordem bancária creditada na conta corrente, agência e banco indicados, em até 5 (cinco) dias úteis, na hipótese de o valor da nota fiscal/fatura ser de até R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), e em até 10 (dez) dias úteis, para valores superiores, contado da data do aceite e atesto pelo TRE-RO na nota fiscal/fatura, desde que não haja fato impeditivo provocado pela **Contratada**.

Parágrafo Primeiro - A Coordenadoria de Orçamento e Finanças e Contabilidade – COFC deverá conferir toda a documentação referente à comprovação da quitação das obrigações fiscais impostas à licitante vencedora, bem como efetuar, na fonte, todos os descontos legais.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Parágrafo Segundo - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante da nota fiscal/fatura, deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do Pregão Eletrônico n. 73/2022/TRE-PE que originou a presente contratação.

Parágrafo Terceiro - Eventual mudança no CNPJ do estabelecimento da **Contratada** (matriz/filial) encarregado da execução deste Contrato, entre aqueles constantes dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, da data prevista para pagamento da nota fiscal.

Parágrafo Quarto - Antes de cada pagamento à **Contratada**, será realizada consulta ao SICAF para verificação da manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. Constatada a irregularidade, a gestão contratual notificará a **Contratada** para proceder à regularização, sob pena de instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade/rescisão do contrato, por descumprimento contratual.

### **Cláusula Sexta - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

Nos casos de pagamento efetuados após 30 (trinta) dias da emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou da apresentação da nota fiscal, conforme o caso, desde que a **Contratada** não tenha concorrido de alguma forma para o fato, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TRE-RO, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária será calculada aplicando-se a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM	=	Encargos Moratórios.
N	=	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP	=	Valor da parcela a ser paga;
I	=	Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	$I = \frac{(TX/100)}{365} \rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \rightarrow I = 0,0001644$
	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Parágrafo Único - A atualização financeira prevista no parágrafo acima será incluída na fatura/nota fiscal seguinte à da ocorrência do atraso do pagamento.

### **Cláusula Sétima- DAS ALTERAÇÕES**

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo Primeiro - A **Contratada** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

Parágrafo Segundo - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

### **Cláusula Oitava - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

Conforme dispõe o art. 67 da Lei nº 8.666/1993, o TRE-RO designará formalmente os representantes da Administração (Gestor e Fiscais) para acompanhar e fiscalizar a execução, atestar as faturas/notas fiscais e alocar os recursos necessários de forma a assegurar o perfeito cumprimento deste Contrato.

Parágrafo Único - No TRE-RO, a gestão deste Contrato será exercida pelo titular da Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(COSEIC) e a fiscalização deste Contrato será exercida pelo titular Seção de Infraestrutura e Comunicação (SEINC), ou por seus substitutos respectivos, em suas ausências, cabendo a esses as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008 e em suas alterações, cujo contato pode ser feito por meio do telefone (69) 3211-2180 e do e-mail institucional coseic@tre-ro.jus.br (COSEIC) e por meio do telefone (69) 3211-2255 e do e-mail institucional seinc@tre-ro.jus.br (SEINC).

### **Cláusula Nona – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Constituem obrigações da **Contratante**:

I - efetuar os pagamentos nas condições e preços ora pactuados, desde que não haja óbice legal nem fato impeditivo provocado pela **Contratada**;

II - prover todas as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades contratadas;

III - notificar a **Contratada**, via e-mail, salvo a abertura de chamados técnicos, sobre a ocorrência de eventuais falhas no curso da execução dos serviços por meio de seus Fiscais ou Gestores;

IV - responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem executados;

V - efetuar toda a comunicação originada pela **Contratante** através de mensagem de correio eletrônico, salvo a abertura de chamados técnicos, endereçada ao representante da **Contratada**;

VI - acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato por meio dos servidores indicados pela **Contratante**, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/1993;

VII - publicar o extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, no prazo e na forma do Parágrafo Único do art. 61 da Lei n.º 8.666/1993.

### **Cláusula Décima - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **Contratada**:

I - Fornecer o material constante da Cláusula Primeira deste Contrato, com obediência a todas as condições estabelecidas em lei, no Edital do Pregão





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Eletrônico n. 73/2022/TRE-PE que originou a presente contratação, neste Contrato, bem como as oferecidas em sua proposta.

Parágrafo Único - A **Contratada** deverá observar as seguintes diretrizes:

I - arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, sem qualquer ônus à **Contratante**;

II - prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **Contratante**, credenciando um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do objeto;

III - quando, por problemas técnicos, os prazos pactuados não puderem ser cumpridos, a **Contratada** deverá comunicar por escrito à **Contratante** até 2 (dois) dias úteis anteriores ao término do prazo, cabendo ao gestor deste Contrato aceitar ou rejeitar as justificativas;

IV - a **Contratada** é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

V - não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação, sem prévia e expressa anuência da **Contratante**;

VI - informar qualquer alteração necessária à consolidação dos ajustes decorrentes da execução do objeto, tais como: mudança de endereços, razão social, telefone, fax, dissolução da sociedade, falência e outros;

VII - comunicar imediatamente ao gestor deste Contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias, em qualquer tempo até o final da garantia;

VIII - responder, para cada um dos itens contratados, por todas e quaisquer obrigações relativas a direitos de marcas e patentes, ficando esclarecido que a **Contratante** não aceitará qualquer imputação nesse sentido; além de atender a todos os encargos, inclusive os de natureza tributária, incidentes sobre o funcionamento do objeto (ISS, PIS e COFINS), cabendo-lhe, também, a responsabilidade total e exclusiva, pela reparação de quaisquer danos diretos causados a pessoas e a bens ou serviços da **Contratante** ou de terceiros), ou em virtude de manuseio ou utilização dos produtos por ela fornecidos;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IX - garantir, na atualização dos softwares relativos ao contrato de suporte, enquanto vigente a contratação, o fornecimento de upgrades para versões mais recentes, bem como releases e patches das licenças de uso dos softwares, não implicando custos adicionais para a contratação;

X - garantir acesso aos canais de suporte técnico no regime de 24x7 - 24 horas, 7 dias na semana - através de número de telefone de discagem gratuita (0800) e/ou internet, para abertura de chamados técnicos, objetivando a resolução de problemas e dúvidas quanto ao funcionamento dos softwares, bem como permitir a utilização de estrutura de pesquisa em base de conhecimento de solução de problemas e documentos técnicos, todos de propriedade da **Contratada**;

XI - manter confidencialidade e, em nenhum momento, divulgar a terceiros, sem a ciência e o consentimento da **Contratante**, documentos, imagens/fotos, dados ou outra informação que tiver sido direta ou indiretamente proporcionada pela **Contratante**, antes, durante ou depois de encerrada a vigência do contrato, nos termos da política de suporte técnico da **Contratada**;

XII - manter, durante toda a execução do objeto licitado, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ela, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei n.º 8.666/1993;

XIII - comunicar à **Contratante** qualquer modificação em seu endereço, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço apresentado durante o Pregão Eletrônico n. 73/2022/TRE-PE;

XIV - apresentar declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade previstos no Capítulo - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE, do Edital que gerou o presente instrumento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços n. 100/2022/TRE-PE;

a) O setor demandante poderá realizar diligências para verificação do cumprimento do disposto no inciso XIV desta Cláusula.

XV - manter as condições de sustentabilidade exigidas para o certame durante toda a execução do contrato;

XVI - informar à **Contratante** qualquer mudança na situação jurídica de optante do SIMPLES, na forma da Instrução Normativa SRF n.º 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, se for o caso;

XVII - ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual. A inadimplência



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da **Contratada**, com referência aos encargos estabelecidos neste subitem não transfere a responsabilidade por seu pagamento à administração do **Contratante**, nem poderá onerar o objeto da licitação, razão pela qual a **Contratada** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o **Contratante**;

XVIII - obedecer às normas de segurança da informação existentes na Justiça Eleitoral e também as normas/regras específicas do **Contratante** responsável pela aquisição.

### **Cláusula Décima Primeira - DAS SANÇÕES**

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/1993 e do art. 7º, da Lei nº 10.520/2002, a **Contratada** que:

I - inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

II - ensejar o retardamento da execução do objeto;

III - falhar ou fraudar na execução do contrato;

a) Para efeito de aplicação do disposto no inciso III desta Cláusula, será considerada falha na execução do contrato os casos de inexecução total, e os de inexecução parcial que resultem na rescisão contratual.

IV - comportar-se de modo inidôneo;

a) considera-se comportamento inidôneo, entre outros:

a.1) a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

a.2) atos como os descritos nos arts. 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal);

a.3) possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

a.4) ter sido condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT n.ºs 29 e 105;

V - cometer fraude fiscal;

VI - não manter a proposta.

Parágrafo Primeiro - A **Contratada** que cometer qualquer das infrações discriminadas na Cláusula acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I - advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o TRE-RO;

II - multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, dobrável na reincidência até 2% (dois por cento), respeitado o limite total de 20% (vinte por cento);

III - multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;

IV - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-RO, pelo prazo de até dois anos;

V - impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

VI - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **Contratada** ressarcir o TRE-RO pelos prejuízos causados;

Parágrafo Segundo - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Parágrafo Terceiro - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **Contratada**, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei n.º 9.784/1999.

Parágrafo Quarto - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Quinto - As comunicações à **Contratada** poderão ser efetuadas através do endereço eletrônico (*e-mail*) indicado em sua proposta;

Parágrafo Sexto – A **Contratada** não poderá alegar desconhecimento do recebimento das comunicações, na forma prevista no item acima, como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

Parágrafo Sétimo - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **Cláusula Décima Segunda - DA RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial do presente Contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, mediante formalização e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro - Constituem motivos para a rescisão:

I - inadimplemento da **Contratada**, caracterizado nas seguintes hipóteses: a) não-cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) subcontratação total ou parcial de seu objeto, associação da **Contratada** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste Contrato;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao **Contratante**;
- d) cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do art. 67, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993;
- e) atraso injustificado na prestação dos serviços contratados;
- f) desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, assim como a de seus superiores;
- g) decretação de falência ou instauração de insolvência;
- h) dissolução da sociedade;
- i) alteração social, ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do **Contratante**, prejudique a execução deste Contrato;
- j) descumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

II - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o **Contratante**, e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato.

III - inadimplemento do **Contratante**, caracterizado nas seguintes hipóteses:

- a) supressão dos serviços, sem a anuência da **Contratada**, que acarrete modificação do valor inicial deste Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993;
- b) suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações, assegurado à **Contratada**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- c) atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes dos serviços, ou parcelas deste, e do fornecimento, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **Contratada** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.

Parágrafo Segundo - No caso de rescisão deste Contrato, sem culpa da **Contratada**, caberá a essa o valor referente à execução deste Contrato, o ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, a devolução da garantia e o pagamento da desmobilização quando for o caso, até a data da dissolução do vínculo contratual, conforme disposto no art. 79, § 2º, II, da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro – São tipos de rescisão, nos termos do art. 79, da Lei n.º 8.666/1993:

- a) rescisão por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos dos incisos I a XII e XVII, do art. 78;
- b) amigável, por acordo entre as partes;
- c) judicial.

Parágrafo Quarto - O presente Contrato também poderá ser rescindido amigavelmente ou por determinação judicial, nos termos do art. 79, incisos II e III, da Lei nº 8.666/1993.

### **Cláusula Décima Terceira - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa decorrente do presente Contrato correrá por conta dos seguintes elementos orçamentários:

203864 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - no Estado de Rondônia - PO SEG0 - Segurança da Informação, Notas de Empenho 2023NE000267, 2023NE000268 e 2023NE000269, todas de 05/05/2023 (eventos [1007070](#), [1007072](#) e [1007073](#)), que totalizam o valor deste contrato.

Parágrafo Único - Para os exercícios futuros, após a disponibilização orçamentária, o TRE-RO emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, e será lavrado o correspondente apostilamento, se necessário.

### **Cláusula Décima Quarta - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

É dever das partes contratantes observar e cumprir as regras impostas pela Lei nº 13.709/2018, Resolução TSE nº 23.650/2021 e Resolução TRE-PE nº 390/2021 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito da **Contratante**, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

Parágrafo Primeiro - É vedada à **Contratada** a utilização de dados pessoais repassados em decorrência da contratação para finalidade distinta daquela do objeto deste contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Parágrafo Segundo - A **Contratada** deverá adotar e manter medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais armazenados, processados ou transmitidos em decorrência deste contrato contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Parágrafo Terceiro - Caberá à **Contratada** implantar política para tratamento, com ênfase na prevenção ao vazamento de dados, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para as finalidades estritamente necessárias à execução do contrato.

Parágrafo Quarto - A **Contratada** compromete-se ao correto processamento e armazenamento dos dados pessoais a ele atribuídos em razão de eventuais relações trabalhistas e/ou contratuais havidas em decorrência da contratação por este Tribunal.

Parágrafo Quinto - A **Contratada** deverá adotar as medidas de segurança e proteção dos dados pessoais porventura recebidos durante e após o encerramento da vigência do pacto administrativo celebrado com a **Contratante**, com vistas, principalmente, a dar cumprimento às





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

obrigações legais ou regulatórias do controlador, respeitando os prazos legais trabalhistas, previdenciários e fiscais para a guarda de tais dados, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei nº 13.709/2018.

Parágrafo Sexto - A **Contratada** deverá informar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à **Contratante**, que informará ao titular dos dados, e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao titular dos dados, em consonância com as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Parágrafo Sétimo - Para a execução do objeto deste Contrato, em observância ao disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a **Contratada** e seu(s) representante(s) fica(m) ciente(s) do acesso e da divulgação, por esta **Contratante**, de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG e endereço eletrônico.

Parágrafo Oitavo - A **Contratada** é responsável pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados. A responsabilização da **Contratada** será afastada caso seja comprovada a culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro, conforme disposto no art. 43, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Parágrafo Nono - A **Contratada** deverá tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da **Contratante** e em conformidade com esta cláusula, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à **Contratante**, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

Parágrafo Décimo - O não cumprimento do estipulado nesta cláusula pela **Contratada** enseja a aplicação de sanções e rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Cláusula Décima Quinta - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Consoante o prescrito no art. 3.º da Resolução n.º 7, de 18/10/2005, em face da redação dada pela Resolução n.º 9, de 6/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, fica vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação deste Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao **Contratante**.

Parágrafo Primeiro - o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste instrumento contratual ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO, em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Segundo - Aplica-se à execução do presente Contrato e, em especial aos casos omissos, a Lei n.º 8.666/1993 e alterações, bem como, no que couber, a legislação aplicável ao caso concreto.

E, por se acharem assim, justos e acordados, **Contratante** e **Contratada** firmam o presente Contrato assinado eletronicamente, junto às testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, maio de 2023.

**Pelo CONTRATANTE:**

**LIA MARIA ARAÚJO LOPES**

Diretora-Geral do TRE-RO

CPF/MF \*\*\*.106.849-\*\*



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Pela CONTRATADA:**

**JORGE ALVES BASTOS**

Executivo de Negócios da OI S/A

CPF/MF \*\*\*.474.005-\*\*

e

**SÉRGIO AUGUSTO FERREIRA DA SILVA**

Gerente de Vendas da OI S/A

CPF/MF \*\*\*.751.954-\*\*

**TESTEMUNHAS:**

Fábia Maria dos Santos Silva

CPF/MF \*\*\*.849.102-\*\*

e

Luciano da Silva Santos Braga

CPF: \*\*\*.434.482-\*\*



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 15/05/2023, às 16:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE ALVES BASTOS, Usuário Externo**, em 16/05/2023, às 13:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SÉRGIO AUGUSTO FERREIRA DA SILVA, Usuário Externo**, em 16/05/2023, às 22:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 17/05/2023, às 11:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 17/05/2023, às 11:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1007955** e o código CRC **0388FE40**.

0001016-92.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0001016-92.2021.6.22.8000.

INTERESSADO: Secretária de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC.

ASSUNTO: PARTICIPAÇÃO DO TRE-RO EM REGISTRO DE PREÇO - Integrante de Coordenação - **Compra Centralizada** - Órgão gerenciador: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - TRE-PE - Pregão Eletrônico n. 73/2022 TRE-PE– Ata de Registro de Preços TRE-PE n. 100/2022 – Objeto: Aquisição de *firewall* com *software* de análise de *logs*, conexão 2FA para VPN e suporte e garantia de 60 meses. Análise

**PARECER JURÍDICO Nº 87 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSOFC**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado em **05/03/2021** pela Seção de Governança da STIC deste Tribunal, que buscava à época a **aquisição/contratação de Infraestrutura para VPN** em consonância com o Plano de Contratação de TIC 2021, 2021-N06, de acordo com a certidão juntada no evento [0667110](#). Tratando-se de uma



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Solução de TIC, na forma disciplinada pela **Resolução CNJ n. 182/2013**, veio ao processo os seguintes artefatos:

I - Documento de Oficialização da Demanda, de **05/03/2021**, no qual o Secretário de STIC descreve a necessidade de assegurar alta disponibilidade e continuidade dos serviços essenciais de TIC por meio de contratação de Infraestrutura para VPN ([0667112](#));

II - Portaria n. 64/2021, de **26/3/2021** ([0675488](#)), com a designação da seguinte Equipe de Planejamento de Contratação: Eduardo Gil Tivanello (responsável pela demanda); Ruzevan Saraiva da Silva (integrante demandante); Filipe Teixeira, integrante técnico e este subscritor, como integrante administrativo;

III - Análise de Viabilidade, de **16/03/2023** ([0687800](#)), assinada apenas pelo integrante técnico, que concluiu pela seguinte solução: *atualização ou Trade-in da solução de firewall*;

IV - Sustentação do Contrato, de **16/03/2023** ([0691048](#)), assinada apenas pelo integrante técnico;

V - Estratégia para Contratação, de **16/03/2023** ([0691103](#)), assinada apenas pelo integrante técnico, que entre outros aspectos, definiu a aquisição do objeto por meio de Pregão Eletrônico para formação de Registro de Preços, tipo Menor Preço global;

VI - Análise de Riscos, de **16/03/2023** ([0691104](#)), assinada apenas pelo integrante técnico.

**02.** Tais documentos não foram utilizados pela Equipe de Planejamento da contratação. A compreensão da tramitação deste processo e, em especial, do atendimento dessa Solução de TIC, passa necessariamente pelo conteúdo da **Informação n. 4/2023, de 24/03/2023** ([0991757](#)), da lavra do titular da Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação - COSEIC, adiante reproduzida, com o complemento de uma numeração sequencial, **e na qual serão inseridas notas e esclarecimentos julgados indispensáveis, tanto para que este Assessor Jurídico tenha a exata dimensão do procedimento na sua inteireza, embora partilhado em múltiplos processos deste Tribunal, do TSE e do TRE-PE - quanto às unidades superiores, que em última instância devem deliberar sobre a regularidade do procedimento e autorização da despesa.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **Informação n. 4/2023, de 24/03/2023 - COSEIC:**

*(1) Considerando a Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral para o período de 2021 a 2024, aprovada em 06 de agosto de 2021, pelo Exmo. Sr. Ministro Presidente do TSE e ratificada através do Ofício-Circular GAB-DG TSE nº 195/2022 ([0820745](#)).*

### **NOTA/ESCLARECIMENTO:**

O Ofício-Circular GAB-DG TSE 195/2022 e o evento referido, dizem respeito ao PSEI [0002839-04.2021.6.22.8000](#) instaurado no TSE, e que foi dirigido aos TREs de Pernambuco, Alagoas e Rondônia e que, em suma, noticia a formação de **Subgrupos para Atividades Conjuntas da Estratégia Nacional de Cibersegurança**, destacando que:

*(...) foram organizados subgrupos para a realização das ações conjuntas necessárias à consecução dos objetivos definidos, em acordo com os servidores responsáveis pelo tema “cibersegurança” indicados por todos os TREs.*

*Como resultado dessa organização, os três Regionais Eleitorais destinatários deste ofício foram designados, sob a coordenação do primeiro, como responsáveis pela seguinte atividade: **Aquisição de Firewall e Secure Web Gateway***

*Este grupo de trabalho deverá instruir os artefatos necessários para viabilizar procedimento licitatório e consequente formalização de Ata de Registro de Preços para que todos os tribunais eleitorais interessados possam adquirir a solução acima indicada.*

*(...)*

*(2) A presente contratação foi sobrestada no exercício de 2021, à pedido do titular da STIC, tendo em vista as tratativas nacionais do grupo de cybersegurança sobre as diversas vertentes de segurança da informação na Justiça Eleitoral, dentre as quais equipamentos e soluções de segurança, inclusive Firewall e Secure Web Gateway, objeto da contratação pretendida nestes autos.*

*Por volta de março/22, o referido grupo decidiu pela distribuição das contratações entre os tribunais regionais, sendo elas: [0001207-06.2022.6.22.8000](#) - **Firewall de Aplicações Web (em inglês: Web Application Firewall - WAF)**, Gestão de Atualizações (em inglês: Patches), que posteriormente foi juntada à [0001649-69.2022.6.22.8000](#) - Gestão de Ativos e [0001492-96.2022.6.22.8000](#) - Solução de Autenticação Multifator (em inglês: Multi-factor authentication), dentre outros, tendo a contratação de Firewalls e Secure Web Gateway ficado à cargo **deste Regional** em conjunto com os TRE-AL e TRE-PE, sob coordenação do último.*

### **NOTA/ESCLARECIMENTO:**

Verificam-se o seguinte desfecho para as contratações citadas:

I - PSEI [0001207-06.2022.6.22.8000](#) - Firewall de Aplicações Web (em inglês: Web Application Firewall - WAF), Gestão de Atualizações (em inglês: Patches): O processo foi encerrado sem conclusão, estando a justificativa juntada no evento ([0922647](#));



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - PSEI [0001649-69.2022.6.22.8000](#) - Gestão de Ativos: Contratação realizada ([0950304](#));

III - PSEI [0001492-96.2022.6.22.8000](#) - Solução de Autenticação Multifator (em inglês: Multi-factor authentication): Contratação realizada ([0936882](#)).

Por sua vez, a contratação de *Firewalls* e *Secure Web Gateway*, ora pretendidas, ficou sob a responsabilidade **deste Regional** em conjunto com os TRE-AL e TRE-PE, sob coordenação deste último.

*(3) De forma que o ETP ([0687800](#), [0691048](#), [0691103](#) e [0691104](#)) que estava em elaboração pela COSIEC/SEINC foi abandonado, mas assinado apenas por questão histórica do processo. Sendo assim, durante o exercício de 2022 trabalhamos no levantamento das necessidades dos regionais interessados e nas soluções disponíveis no mercado, elaborou-se o ETP ([0990942](#)) que tramitou no PSei 0015391-39.2021.6.17.8000 - TRE-PE.*

### **NOTA/ESCLARECIMENTO:**

Em relação aos documentos da Fase de Planejamento da Contratação (ETP) citados, nota-se que são aqueles juntados a este processo - já referidos no item 1 deste relato - tão só para manter o histórico da tramitação dos atos.

Por sua vez, os estudos da fase de planejamento da contratação, agora centralizada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, na condição de gestor do SRP, foram deslocados para aquele Tribunal e desenvolvidos para o PSEI 0015391-39.2021.6.17.8000, sendo dele extraídos os Estudos Preliminares que enfeixam **TODOS OS DOCUMENTOS DA FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO** exigidos pela Resolução CNJ n. 182/2013, o qual estão juntados neste processo no evento [0990942](#).

*(4) Após formalização da consulta ao TSE e demais Regionais por meio do Ofício-Circular nº 198/2022/SENIC ([0848983](#)), a STIC manifestou-se ([0849219](#)) e a DG informou as quantidades pretendidas pelo TRE-RO no Ofício nº 137 / 2022 - PRES/DG/GABDG ([0849297](#)). Assim a equipe de contratação consolidou os quantitativos no Termo de Referência, Anexo I do Pregão Eletrônico 73/2022 - TRE-PE ([0990949](#)), tendo este passado pela análise jurídica daquele órgão, conforme Parecer nº 879 / 2022 - TRE-PE/PRES/DG/ASSDG ([0990958](#)), que por fim, após homologação do certame ([0990960](#)), tornou-se a ARP nº 100/2022 ([0991731](#)) gerida pelo TRE-PE e que tem como órgãos participantes os TREs de Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Goiás, Pará, Paraíba, Paraná, Rondônia e São Paulo.*

### **NOTA/ESCLARECIMENTO:**





# **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nesta parte, **a informação prestada pela COSEIC traz elementos relevantes para a verificação da regularidade da tramitação do procedimento no âmbito deste Tribunal**, que ocorreu no PSEI [0001776-07.2022.6.22.8000](#), isso porque:

I - Cita a consulta do TRE de Pernambuco a todos os Regionais Eleitorais, por meio do Ofício-Circular n. 198/2022/SENIC ([0848983](#)):

a) acerca do **interesse em participar da contratação de solução de Firewall e Secure Web Gateway**, nos termos do Decreto 7.892/2013, art. 6º, I, consoante previsão na Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral para o período de 2021 a 2024, aprovada em 06 de agosto de 2021, pelo Exmo. Sr. Ministro Presidente do TSE e ratificada através do Ofício-Circular GAB-DG TSE nº 195/2022 (1821479) que definiu aquele Regional como coordenador da referida aquisição em conjunto com os TRE-AL e TRE-RO;

b) solicita que cada tribunal interessado na participação informasse a **manifestação expressa sobre a participação**, o lote desejado, o quantitativo de itens do lote, bem como o local e endereço de entrega dos equipamentos.

II - Registra a manifestação da STIC deste Tribunal ([0849219](#)), na qualidade de integrante da coordenação da contratação, em conjunto com TRE-PE e TRE-AL, dos quantitativos dos itens demandados, veja-se a tabela dela extraída:

## **LOTE 1 (TREs PEQUENO PORTE)**

ITENS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	TOT
ITEM 1 - FIREWALL DE BORDA TIPO I	02	R\$ 318.701,21	
ITEM 2 - FIREWALL DE NÚCLEO TIPO I	02	R\$ 389.198,16	
ITEM 3 - FIREWALL DE CARTÓRIO TIPO I	30	R\$ 22.708,91	
ITEM 4 - SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E RELATÓRIO	34	R\$ 4.441,29	
ITEM 5 - IMPLANTAÇÃO COM HANDS ON	02	R\$ 74.988,21	
ITEM 6 - TREINAMENTO OFICIAL	04	R\$ 19.310,48	
<b>TOTAL</b>			





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Notícia a **autorização, pela Diretoria-Geral, do ingresso do TRE-RO, na condição de partícipe no SRP**, que se deu por meio da Ofício n. 137/2022 - PRES/DG/GABDG ([0849297](#)), de acordo com os quantitativos ali registrados;

### **IV - SOBRE O CERTAME NO TRE-PE:**

a) Que a equipe de contratação consolidou os quantitativos no Termo de Referência - Anexo I do Pregão Eletrônico 73/2022 - TRE-PE ([0990949](#)): De fato, verificam-se que os itens solicitados por este Regional foram considerados no objeto do TR do SRP, **página 17 do referido evento;**

b) Que houve análise jurídica dos atos da contratação no TRE-PE pelo Parecer Jurídico n. 879/2022 - TRE-PE/PRES/DG/ASSDG ([0990958](#)): De fato, **verifica-se que o edital do Pregão Eletrônico SRP n. 73/2022 foi aprovado pela unidade jurídica coirmã de Pernambuco, conforme parecer juntado no referido evento;**

c) Houve homologação do certame ([0990960](#)), sendo constituída a ARP n. 100/2022 ([0991731](#)) gerida pelo TRE-PE e que tem como órgãos participantes os TREs de Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Goiás, Pará, Paraíba, Paraná, Rondônia e São Paulo: **Fato comprovado pelos eventos citados.**

*(5) Em que pese a necessidade imediata deste TRE-RO pelos novos equipamentos de firewall, visto que alguns estão em uso desde 2012, portanto com 11 anos, bem além da previsão de vida útil para equipamentos de TI, observou-se que não haveria tempo hábil para execução contratual, já que o PE SRP 73/2022 fora publicado para 24/Out/22, suspenso após questionamentos pertinentes e republicado para 18/nov/22, assim esta COSEIC sugeriu ao CETIC que o orçamento fosse realocado para contratação de outras demandas com capacidade de execução ainda em 2022, tendo assim sido acatadas e executadas.*

### **NOTA/ESCLARECIMENTO:**

Trata-se apenas de esclarecimentos acerca das dificuldades da unidade demandante para operacionalizar a contratação no ano de 2022 e do pedido de realocação do orçamento para o ano de 2023, o que - ao que parece - foi atendido, haja vista a **comprovação da programação orçamentária juntada no evento [0993992](#).**

*(6) Por fim, como previsto e sem tempo hábil para execução, a ata de registro de preços foi assinada em 23/12/2022 e publicada no DOU de 27/12/2022, tendo toda*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*a documentação do processo sido encaminhada ao e-mail deste subscritor no dia 30/12 e neste momento foi juntada aos presentes autos.*

### **NOTA/ESCLARECIMENTO:**

A comprovação da publicação da referida ARP no DOU foi juntada no evento [0996031](#).

*(7) Trata de contratação prevista na Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral, comparada ao formato de compra nacional, disciplinada no Decreto n. 7.892/2013, conforme observado pela AJSAOFC nos pareceres jurídico n. 244/2022 ([0935005](#)) e 234/2022 ([0927127](#)), em contratações ainda no exercício de 2022.*

*Considerando a previsão desta contratação no [PCTIC - Plano de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação](#), 2023-M05 - Solução de firewall e secure web gateway e a disponibilidade orçamentária ([0977670](#)) nos itens de despesa "Solução de VPN/Firewall".*

*Pelo exposto, encaminha-se o presente a STIC para, estando de acordo, solicite à SAOFC a efetivação da contratação da **Solução de VPN/Firewall** com a emissão de notas de empenho e lavratura do contrato em favor da detentora da ARP, conforme quadro abaixo e Minuta do Contrato no Anexo V do PE SRP n. 73/2022 ([0990949](#)):*

### **NOTA/ESCLARECIMENTO:**

Em conclusão, a COSEIC solicita à SAOFC a efetivação da contratação da **Solução de VPN/Firewall**, emissão de notas de empenho e lavratura do contrato em favor da detentora da ARP, com as informações inseridas no quadro elaborado e registrando, ainda, que a minuta do contrato é aquela contida no Anexo V do PE SRP n. 73/2022 ([0990949](#)).

**03. Verifica-se que o Secretário da STIC manifestou sua concordância com a pretensão, oportunidade em que ainda destacou:**

*Considerando **INFORMAÇÃO Nº 4/2023 - PRES/DG/STIC/COSEIC**, [0991757](#), que trata da solicitação de contratação prevista na Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral;*

*Considerando que a pretendida contratação esta contemplada no [PCTIC - Plano de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação](#), identificador. 2023-M05 - Solução de firewall e secure web gateway;*

*Considerando que o orçamento para referida contratação, no valor TOTAL de R\$ 1.610.719,90, já se encontra disponível, conforme demonstrativo orçamentário prdinário 2023 - STIC, evento Sei! [0977670](#), sendo R\$ 206.966,50 enquadrado no Plano Interno SIN LOCOSOF - Solução de VPN/Firewall - subscrições e R\$ 1.403.753,40 SIN SOFTWR - Solução de VPN/Firewall - softwares*

*Considerando que este Secretário de TIC esta de acordo com a referida contratação, sendo de vital importândia para a implementação da Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral.*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*Dinate disso encaminho os autos ao GABSAOFC para efetivação da contratação da **Solução de VPN/Firewall** com a emissão de notas de empenho e lavratura do contrato em favor da detentora da ARP, conforme quadro abaixo e Minuta do Contrato no Anexo V do PE SRP n. 73/2022 ([0990949](#)).*

**04.** Recebido na SAOFC, consoante o Despacho n. 655/2023 ([0992769](#)), o titular dessa Secretaria determinou o envio do processo à **COFC** para programação orçamentária; à **SECONT** para feitura da minuta de instrumento contratual e após a esta unidade para análise e emissão de parecer jurídico.

**05.** Em cumprimento, o Coordenador da COFC registrou que a despesa está prevista no planejamento orçamentário deste exercício ([0993814](#)), motivo pelo qual a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) juntou aos autos a programação orçamentária no valor de **R\$ 1.610.719,90** (um milhão, seiscentos e dez mil setecentos e dezenove reais e noventa centavos) e informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([0993992](#)).

**06.** Por sua vez, a Seção de Contrato (SECONT) juntou a minuta do instrumento contratual ([0998064](#)), elaborada com base, principalmente, nas informações constantes no Anexo V, do Edital do certame, evento [0990949](#).

**07.** Desta forma instruídos, os autos vieram a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico. **É o necessário relato.**

## **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**08.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (0001016-92.2021.6.22.8000) até a presente data.

**09.** Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022 - e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos - é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**10.** O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

**11.** A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

**12.** De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

### **III – DA REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO STIC**

**13.** De forma preliminar, registre-se a plena aplicabilidade dos regimes das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002, preservados expressamente nesse período de transição pelas disposições transitórias e finais da **Lei n. 14.133**, de 1º de abril de 2021, inclusive na nova redação conferida pela **Medida Provisória n. 1.167, de 31 de março de 2023** e em harmonia com os comandos do **Acórdão TCU 507/2023 - Plenário**.

**14.** Como condição prévia para esta análise, tratando-se de **Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC)**, forçoso reduzir-se à obediência da **Resolução n. 182/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, que estabelece as diretrizes para esse tipo de contratação no âmbito do Poder Judiciário - e ainda aplicável as contratações baseadas na Lei 8.666/93, segundo o § 2º do art. 1º da Resolução CNJ n. 468/2022.

**15.** Primeiramente, é importante registrar que os atos referentes a fase dos estudos preliminares desta solução de tecnologia da informação e comunicação (STIC) ocorreram de forma extraordinária, pois o rito mais adequado seria a constituição da equipe de planejamento e elaboração do ETP por este TRE-RO antes da manifestação sobre a adesão a contratação conjunta com TRE-PB ou pelo menos antes da realização do certame pelo órgão gerenciador.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**16.** Contudo, esta assessoria jurídica entende que, neste caso concreto, não houve descumprimento da norma citada, pois os trâmites processuais a serem adotados pelos Regionais nas contratações das variadas soluções necessárias à implantação da Estratégia Nacional de Cibersegurança para o período de 2021 a 2024, da qual esta aquisição pretendida está inserida, foram **definidos pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**, como se verifica pelo Ofício-Circular GAB-DG TSE 195/2022 ([0820745](#)), juntado no Processo Administrativo SEI n. [0002839-04.2021.6.22.8000](#).

**17.** No aludido documento, o Diretor-geral do TSE esclarece que compete aos Regionais designados como órgão gerenciador das atas a responsabilidade de elaboração dos documentos essenciais às contratações. Por sua vez, o **Decreto n. 7.892/2013** traz expresso em seu art. 6º, as competências do órgão participante do sistema de registro de preços, nos seguintes termos:

*Art. 6º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), e da [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:*

*I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;*

*II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e*

*III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.*

**18.** Observa-se que o referido Decreto exige dos órgãos participantes, tão somente, o encaminhamento da estimativa de consumo, local de entrega e respectivas especificações, podendo tais informações serem consolidadas, a critério do órgão participante, em termo de referência ou projeto básico. Nota-se que esse regulamento, em diversas passagens, usa o termo “especificações” como alternativa ao termo de referência ou projeto básico:

*Art. 6º, § 5º: Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novos itens, o órgão participante demandante elaborará sua especificação ou termo de referência ou projeto básico, conforme o caso, e a pesquisa de mercado, observado o disposto no art. 6º.*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**19. Assim, a elaboração de termo de referência ou projeto básico não é obrigatória ao órgão participante, cabendo tal atribuição ao órgão gerenciador, nos termos do art. 5º do citado decreto:**

*Art. 5º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:*

*(...).*

*II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;*

*III - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório.*

**20. Nesse mesmo sentido verificou-se que o Tribunal Superior Eleitoral editou a Instrução Normativa TSE n. 11/2021, que regulamenta as fases das contratações no âmbito do Tribunal e, assim, dispõe quanto à participação em registro de preços:**

*Art. 44, §2º É dispensável a elaboração de Projeto Básico ou de Termo de Referência nos casos em que o Tribunal seja participante de licitação, nos termos do art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, necessária, entretanto, a instrução dos autos com as informações requeridas no art. 6º do mesmo decreto. (sem destaque no original)*

**21. Diante disso, no tocante aos documentos essenciais resultantes das etapas do estudo preliminar previstos no §1º do artigo 12 do Resolução CNJ nº 182/2013, observa-se que a equipe de planejamento do TRE-PE elaborou os Estudos Preliminares que enfeixam **TODOS OS DOCUMENTOS DA FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO** exigidos pelo § 2º do art. 12 da resolução, juntados neste processo no evento [0990942](#) e que informaram o Termo de Referência Anexo I do Edital PE TRE-PE n. 73/2022 ([0990949](#), p. 17-44).**

**22. Assim, quanto ao procedimento previsto pela norma mencionada, considerando as ressalvas feitas nesta seção do opinativo, as diretrizes específicas foram observadas no caso em tela.**

## **IV – ADESÃO A INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO**

**23. A eventual contratação ora pretendida pela Administração deriva da participação na coordenação da contratação conjunta, concebida na Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral e conduzida pelo TRE-PES, dessa forma, o TRE-RO atua na**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

condição de **órgão participante**, situação jurídica definida pelo **artigo 2º, IV e prescrita pelo artigo 6º, ambos do Decreto nº 7.892/2013**.

**24.** O referido procedimento está compreendido pelo Sistema de Registro de Preço – SRP, o qual encontra amparo normativo originalmente no disposto no **art. 15, inciso II, da Lei nº 8.666/93**, tendo sido regulamentada pelo decreto citado. Assim, cumpre-nos tecer breve comentário sobre este instituto.

**25.** Nas lições de Jorge Ulisses **Jacoby** Fernandes, em seu livro intitulado **Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico**, 2ª edição, editora Fórum, 2007:

*Sistema de Registro de Preço é um procedimento especial de licitação que se efetiva por meio de uma concorrência ou pregão sui generis, selecionando a proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, para eventual e futura contratação pela Administração. Nesse sentido, cabe destacar suas principais características:*

*a) a tabela de preços proveniente de determinado Sistema terá validade não superior a doze meses (art. 15, § 3º, inc. III da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 12, § 2º do Dec. Nº 7.892/2013);*

*b) a celebração de Ata de Registro de Preço (ARP) que é documento vinculativo e obrigacional, gerador de expectativa de contratação (art. 13 ss do decreto em comento), ou seja, se os preços de mercado se mostrarem mais vantajosos do que aqueles registrados, poderá a Administração contratá-los, detrimento deste, por meio da realização de licitação ou por via de contratação direta (art. 15, §4º, Lei nº 8.666/93);*

*c) o processamento do SRP apenas por meio das modalidades concorrência (art. 15, § 3º, I, da Lei de Licitações e Contratos) e pregão (art. 11 da Lei 10.520/2020);*

*d) a possibilidade de não indicar da dotação orçamentária na licitação para a formação do registro de preço, sendo apenas obrigatória antes da formalização do contrato ou outro instrumento hábil (§ 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013).*

**26.** Feitas tais considerações, é oportuno examinar o instituto jurídico da IRP que, embora não apresente sua conceituação, foi regulamentado pelo decreto mencionado e que, em suma, objetiva a ampliação de participantes em determinado registro de preço somando-lhe as demandas. Veja-se:

*Art. 4º Fica instituído o procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais - SIASG, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, para registro e divulgação dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos nos incisos II e V do caput do art. 5º e dos atos previstos no inciso II e caput do art. 6º.*

(...)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**27.** Extraí-se a finalidade da criação de tal ferramenta no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br):

*O presente manual tem por finalidade orientar os servidores habilitados e cadastrados a operarem a funcionalidade de “INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP, que tem como finalidade permitir à Administração tornar públicas suas intenções de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais, que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala. (Intenção de Registro de Preço – IRP – Manual do Gerenciador, Brasília, agosto/2007, p. 4, disponibilizado no portal de compras do Governo Federal [https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/manuais/siasgnet/manual\\_irp-1.pdf](https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/manuais/siasgnet/manual_irp-1.pdf))*

**28.** Neste sentido, o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, manifesto pelo **Acórdão nº 2.692/2012 – Plenário**, a IRP é um sistema informatizado criado para permitir a ampla divulgação do interesse de um órgão em realizar o registro de preços e materiais, possibilitando a participação de outros órgãos ou entidades interessados ainda durante o procedimento licitatório, aumentando a perspectiva de quantitativos mínimos a serem adquiridos e a possibilidade de obtenção de economia de escala.

**29.** Não se verifica nos autos documentos sobre o registro e divulgação de IRP para contratação *sub examine* pelo TRE-PE no Sistema Comprasnet, impossibilitando afirmar se este procedimento foi realizado por meio do sistema. No entanto, houve, por parte deste Regional, manifestação expressa de adesão a participação da SRP formado por meio do PE nº 73/2022 do TRE-PE, consoante Ofício-Circular TRE-PE n. 198/2022/SENIC ([0848983](https://www.trepe.ro.gov.br/assessoria/comunicacao/oficio-circular/198-2022-senic)); e Ofício TRE-RO n. 137/2022 - PRES/DG/GABDG ([0849297](https://www.trepe.ro.gov.br/assessoria/comunicacao/oficio-circular/137-2022-pres-dg-gabdg)).

**30.** Apesar de o convite e a comprovação de seu aceite juntados não terem ocorridos por intermédio do mecanismo eletrônico estipulado pelo decreto, entende-se que objetivo de publicização preconizado pela norma foi preservado, pois ele possibilitou a divulgação e participação de diversos TREs da fase de planejamento da contratação compartilhada, potencializando maior economia de escala - conforme averiguar na ARP TRE-PE n. 100/2022 ([0991731](https://www.trepe.ro.gov.br/assessoria/comunicacao/arp-tre-pe/100-2022)) - ainda, evitou potenciais futuros “órgãos caronas” que desde os procedimentos iniciais já estavam participando do processo licitatório para SRP em comento.

**31.** Nesse sentido, veja-se o seguinte trecho do **Acórdão n. 2.692/2012 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União (TCU), expendidos antes ainda antes da edição do Decreto Federal n. 7.82/2013:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Acórdão:

(...)

9.4 recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que empreenda estudos para aprimorar a sistemática do Sistema de Registro de Preço, objetivando **capturar ganhos de escala nas quantidades adicionais decorrentes de adesões previamente planejadas e registradas de outros órgãos e entidades que possam participar do certame**, cujos limites de quantitativos deverão estar em conformidade com o atendimento firmado pelo Acórdão 1.233/2012 – Plenário. (sem grifo no original)

**32.** Além disso, segundo o art. 4º, *caput*, do Decreto n. 7.892/2013, apenas os órgãos integrantes do Sistema de Serviço Gerais (SISG) são obrigados a operacionalizar a divulgação a IRP por meio do módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais (SIASG), ou seja, somente na esfera do Poder Executivo Federal. Tratando dos órgãos/entidades não integrantes do SISG, independente da esfera (federal, estadual ou municipal), só deverão utilizar este tipo de divulgação citada quando houver normativo próprio aplicado no âmbito destes órgãos/entidades instituindo a figura da IRP em termos semelhantes ao do disposto no art. 4º mencionado ou, então, com determinação expressa da adoção do referido decreto federal.

**33.** No âmbito deste TRE-RO, existe a previsão de adoção da normatização de regulamentação sobre o SRP expedida pelo Poder Executivo Federal, conforme **art. 3º da Resolução TRE-RO n. 001/2006**. Assim, a sua utilização (da IRP como órgão gerenciador por meio módulo do sistema e do Decreto Federal n. 7.892/2013) é **compulsória**. Em outras palavras, caso não seja observada pelo TRE-RO, o procedimento não estará condizente com o arcabouço jurídico adotado e, consequentemente, será indevida.

**34.** Não obstante, o mesmo não se pode afirmar do TRE-PE, pois não consta nos autos esta informação. Assim, considerando a presunção de legalidade do ato administrativo, esta unidade jurídica infere que a via eleita para a divulgação da IRP, com intento de procedimentalizar a SRP em comento, pelo TRE-ES está adequada e compatível com os seus normativos próprios disciplinadores da matéria no seu próprio âmbito.

**35.** No caso em tela, observa-se que a participação colaborativa deste Regional no PE n. 73/2022, gerenciado pelo TRE-PE, para que possam contratar conjuntamente os objetos de interesse descritos no TR Termo de Referência Anexo I do Edital (0990949, p. 17-44), está amparado nos normativos mencionados acima. Ademais, tal medida visa atender aos princípios da eficiência e da economicidade, uma vez que



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

maiores quantidades de certo promoveram a obtenção de menores preços, resultante da competitividade e da economia de escala.

**36.** Por outro lado, pode-se comparar a forma como foi delineada a contratação da STIC pretendida com a *compra nacional*, também, disciplinada no Decreto n. 7.892/2013, o qual traz sua conceituação no art. 2º, VI, definição de órgão participante de compra nacional no art. 2º, VII, e as suas regras específicas previstas nos art. 6º, § 2º, § 3º e § 4º. Veja-se:

*Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:*

*(...)*

*VI - compra nacional - compra ou contratação de bens e serviços, em que o órgão gerenciador conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada de programa ou projeto federal, mediante prévia indicação da demanda pelos entes federados beneficiados; e [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)*

*VII - órgão participante de compra nacional - órgão ou entidade da administração pública que, em razão de participação em programa ou projeto federal, é contemplado no registro de preços independente de manifestação formal. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)*

*Art. 6º (...)*

*§ 2º No caso de compra nacional, o órgão gerenciador promoverá a divulgação da ação, a pesquisa de mercado e a consolidação da demanda dos órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)*

*§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, comprovada a vantajosidade, fica facultado aos órgãos ou entidades participantes de compra nacional a execução da ata de registro de preços vinculada ao programa ou projeto federal. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)*

*§ 4º Os entes federados participantes de compra nacional poderão utilizar recursos de transferências legais ou voluntárias da União, vinculados aos processos ou projetos objeto de descentralização e de recursos próprios para suas demandas de aquisição no âmbito da ata de registro de preços de compra nacional. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)*

*(...)*

**37.** A *compra nacional* ocorre quando o órgão gerenciador, institui um SRP destinado à execução descentralizada de programa ou projeto federal, mediante indicação prévia das demandas por parte dos entes beneficiários (geralmente da esfera estadual ou municipal). O objetivo deste SRP é promoção, pelo órgão gerenciador do programa ou projeto federal, de licitação para atender as necessidades das entidades beneficiárias do programa e não as suas próprias, inclusive não é necessário o aval formal



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dos órgãos participantes de compras nacionais, devendo somente indicar de forma prévia suas demandas.

**38.** O paralelo entre a *compra nacional* e a contratação ora em comento é estabelecido porque esta foi desencadeada em razão de conjectura em esfera nacional da Justiça Eleitoral sobre segurança em TIC que originou a **Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral**. Isto é, da mesma forma que a *compra nacional*, a contratação pretendida visa solucionar problemas no que tange ao atendimento de uma demanda social. E, por esta ótica, igualmente caberia a este Tribunal a comprovação da vantajosidade mencionada no art. 6º, § 3º, pois este princípio é inerente a todas as despesas realizadas pela Administração Pública.

**39. À vista disso, recomenda-se que antes de adesão a IRP nas demais contratações similares sejam demonstradas nos autos a suas vantajosidade em detrimento de ser realizar uma licitação própria, mesmo que tal diretriz tenha sido objeto de discussão nacional entre os órgãos desta Justiça Especializada.**

**40.** É importante destaca duas figuras participam deste procedimento: **órgão gerenciador** e **órgão participantes**. Aquele é responsável por conduzir o procedimento relacionados ao SRP (tanto o procedimento licitatório quanto a administração da ARP dele decorrente) e suas atribuições estão descritas no art. 5º do Decreto nº 7.892/13. Já este é órgão/entidade que manifesta interesse em participar dos procedimentos iniciais do SRP e integra a ata, tendo suas competências elencadas no art. 6º, caput, inciso I a III, do mesmo Decreto, *in verbis*:

*Art. 6º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), e da [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:*

*I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;*

*II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da **Intenção de Registro de Preços**, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e*

*III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições. (sem grifo no original).*

**41.** Quanto aos incisos II e III citados, verifica-se sua regularidade. A concordância com o objeto a ser licitado, inclusive seu



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

quantitativo foi atendido, como se verifica nos documentos anexados aos eventos ([0849219](#) e [0849297](#)). E a ciência da ARP n. 100/2022, oriunda do PE n. 73/2022, é atestada pela juntada da própria ata em questão nos autos ([0991731](#)). Neste ponto, sugere-se que a unidade gestora da contratação acompanhe o gerenciamento da ARP no TRE-PE, a fim de ter conhecimento de eventuais alterações.

**42.** Já com relação a obrigação prevista no inciso I do dispositivo legal citado, constata-se que a inclusão no registro de preço foi formalizada neste Tribunal por meio dos documentos juntados no presente autos, iniciando-se com o Despacho n. 791/2022, de 24/06/2022, de lavra da Diretora-Geral deste Tribunal ([0848985](#)).

**43.** Ainda, faz-se necessário citar a IN TRE-RO nº 04/2008, norma interna sobre procedimentos de contratação de serviços e compras de qualquer natureza e de gestão contratual no âmbito deste Regional, a qual dispõe em seu art. 19 as regras de participação do TRE-RO em aquisições e contratações conjuntas, *in verbis*:

*Art. 19. Nos termos da legislação aplicável, o TRE/RO poderá participar de processo de contratações conjuntas com outros órgãos federais através de registro de preços, seja na condição de órgão gerenciador ou participante, sempre comprovada a conveniência de tal operação.*

*§ 1º Havendo interesse, o Secretário da SAOFC lavrará manifestação circunstanciada, submetendo-a à deliberação da autoridade competente para autorizar a despesa.*

*§ 2º Autorizada o pedido, o processo seguirá as disposições da legislação e regulamentação aplicável a esse procedimento especial de registro de preços. (sem grifo no original)*

**44.** Apesar de não detalhado o ingresso deste Tribunal na condição de participante em certame de registro de preços patrocinado por outro órgão federal, duas etapas são descritas: **a)** manifestação circunstanciada de interesse lavrada pelo secretário da SAOFC; e **b)** deliberação da autoridade competente para autorizar a despesa. É evidente que tais etapas são prévias a adesão à IRP, por meio do sistema Comprasnet, quando possível.

**45.** No caso em análise, após o despacho citado, houve manifestação positiva da unidade técnica (STIC), que indicou os quantitativos dos itens ([0849219](#)), embasando a efetivação da adesão à IRP do TRE-PE pela Diretora-Geral deste Tribunal por meio do Ofício n. 137/2022, de 27/06/2022 ([0849297](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**46.** Desta forma, conquanto a ausência de manifestação circunstanciada do secretário da SAOFC nos termos balizado pela IN TRE-RO 04/2008, **houve deliberação tácita sobre o assunto pela autoridade competente** (Diretora-Geral, conforme inciso I do art. 1º da Portaria n. 66/2018), tornando o procedimento interno em comento regular, pois a autorização da DG supri as falhas em relação ao estabelecido pelo artigo 19 da IN mencionada.

**47.** Tem-se em relevo que poderá a Administração utilizar-se da futura Ata de Registro de Preços por um período de até 12 meses de sua assinatura, desde que dentro dos limites quantitativos regulamentares, como também pode **permitir desencadear a licitação independentemente da existência de recursos financeiros para a realização das contratações.**

**48.** No tocante à **disponibilidade orçamentária e financeira**, como já mencionado, é permitido desencadear o PE para formação de registro de preço independentemente da existência de recursos financeiros para realização das contratações, consoante regra expressa contida no **§ 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013:**

*§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.*

**49.** Nesse sentido, a **Orientação Normativa/AGU nº 20, de 01/04/2009**, assim direciona: *“Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato”*. **REFERÊNCIAS:** arts. 15 e 38, caput, da Lei nº 8.666, de 1993; art. 3º do Decreto nº 3.931, de 2001; Acórdãos TCU 3.146/2004-Primeira Câmara e 1.279/2008-Plenário.

**50.** Contudo, no caso análise em que a STIC registra que a contratação pretendida esta contemplada no [PCTIC - Plano de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação](#), identificador. 2023-M05 - Solução de *firewall e secure web gateway*; que há orçamento para o lastro da despesa e que o objeto da contratação é (...) *de vital importância para a implementação da Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral (0992585)*, tem-se que, efetivamente demonstrada a disponibilidade orçamentária ([0993992](#)), no valor de **R\$ 1.610.719,90** (um milhão, seiscentos e dez mil setecentos e dezenove reais e noventa centavos), poderá ser firmado o contrato com a empresa **OI S/A** - CNPJ n. 76.535.764/0001-43, compromissária da ARP TRE-PE n. 100/2022 ([0991731](#)).





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**51.** Por fim, cabe salientar que, nos termos do § 1º, do art. 6, do Decreto 7.892/2013, o órgão participante possui competência para aplicação de sanções decorrente do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador.

## **V – CONCLUSÃO**

**52.** Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica conclui pela:

**a) inexistência de óbice jurídico**, ressalvados os critérios de oportunidade e conveniência do gestor público, na atuação do TRE-RO, como órgão participante na aquisição conjunta de *firewall* com software de análise de logs, conexão 2FA para VPN e suporte/garantia de 60 meses, consoante especificações, para atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Espírito Santo (TRE-RO) e demais órgãos partícipes, gerenciada pelo TRE-PE, divulgada por meio do Ofício-Circular TRE-PE n. 198/2022/SENIC ([0848983](#)), processada no Pregão Eletrônico – SRP – n. 73/2022 (Processo SEI n. 0000057-28.2022.6.17.8000 - [0990949](#)), com fulcro **art. 15, II, da Lei n. 8.666/93 c/c o art. 4º, do Decreto Federal n. 7.892/2013 c/c art. 19, IN TRE-RO n. 004/2008**; e

**b) pela possibilidade jurídica da contratação da solução de TIC pretendida** na quantidade do item solicitada pela unidade técnica ([0991757](#)) e registrada para este órgão participante na ARP n. 100/2022 ([0991731](#)), gerenciada pelo TRE-PE, que será firmado por meio da assinatura da Minuta do Contrato ([0998064](#)) com a empresa **OI S/A** - CNPJ n. 76.535.764/0001-43.

Registre-se que, conforme já apontado no **tópico 50 deste opinativo**, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à previsão de execução orçamentária de 2023 ([0993814](#)) e comprovação da sua programação ([0993992](#)).

**53.** Quanto as **minutas do edital e do contrato produzidas no âmbito do PE 73/2022** ([0990949](#)), depreende-se que estes instrumentos foram APROVADOS pela assessoria jurídica do órgão gerenciador pelo



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Parecer Jurídico n. 879/2022 - TRE-PE/PRES/DG/ASSDG ([0990958](#)), nos termos do §4º do art. 9º do Decreto nº 7.892/2013, incluído pelo Decreto 8.250/2014, c/c art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/1993. Portanto, torna-se descabido uma nova análise jurídica por esta AJSAOFC. O que se coaduna com a **Orientação Normativa AGU nº 64**, de 29 de maio de 2020, veja-se:

### ***ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 64, DE 29 DE MAIO DE 2020***

*I) NO ÂMBITO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, AS COMPETÊNCIAS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 38 DA LEI 8.666, DE 1993; E DO ART. 11, INCISO VI, ALÍNEA "A", DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993; RELATIVAS À APROVAÇÃO DA MINUTA DE EDITAL E CONTRATO ADMINISTRATIVO, SÃO DA EXCLUSIVA ALÇADA DA UNIDADE CONSULTIVA QUE PRESTA ASSESSORAMENTO JURÍDICO AO ÓRGÃO GERENCIADOR DO CERTAME.*

*II) O ÓRGÃO PARTICIPANTE E O ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO SOLICITAR MANIFESTAÇÃO DAS RESPECTIVAS CONSULTORIAS JURÍDICAS QUE LHEM PRESTAM ASSESSORAMENTO ACERCA DA JURIDICIDADE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO OU ADESÃO, ESPECIALMENTE NOS CASOS EM QUE HAJA DÚVIDA DE ORDEM JURÍDICA OBJETIVAMENTE EXPOSTA. Referência: Parecer nº 9/2015/DECOR/CGU/AGU; a Nota nº 141/2017/DECOR/CGU/AGU; Nota nº 148/2018/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 92/2019/DECOR/CGU/AGU Art. 38, inciso VI, e parágrafo único da Lei nº 8.666, de 1993; art. 11, inciso VI, alínea "a", da Lei Complementar nº 73, de 1993; e Art. 9º, § 4º, do Decreto nº 7.892, de 2013.*

**Contudo, verifica-se que a minuta reproduzida pela SECONT contém uma impropriedade no que diz respeito ao prazo da vigência contratual regulado pela Cláusula Segunda do instrumento.**

Na sua redação original (Anexo V do edital do PE TRE-PE 73/2022) a vigência de 60 meses é prevista tão só - no que relevante para esta contratação do TRE-RO - para os **produtos descritos nos itens 1 a 4**, sendo que os serviços descritos nos **itens 5 e 6** (implantação e treinamento) têm sua vigência dimensionada para somente 6 meses, contada a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União - 27/12/2022 ([0996031](#)). **Assim, caso não haja justificativa plausível, como uma eventual alteração desses documentos não noticiada no processo - tem-se que essa redação deverá ser ajustada pela SECONT às reais condições da contratação.**

**54.** Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto da contratação.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assessor Jurídico, em 20/04/2023, às 15:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1001142** e o código CRC **E731E033**.

PROCESSO: 0001016-92.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Secretária de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC

ASSUNTO: Registro de preço (órgão participante) – SRP – Pregão Eletrônico nº 73/2022 TRE-PE – Ata de Registro de Preços nº 100/2022 – Aquisição de *firewall* com *software* de análise de *logs*, conexão 2FA para VPN e suporte e garantia de 60 meses.

**DESPACHO Nº 450 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Governança da STIC deste Tribunal, com o objetivo de dar continuidade **aquisição/contratação de Infraestrutura para VPN** em consonância com o Plano de Contratação de TIC 2021, 2021-N06 ([0667110](#)), sobrestado no exercício de 2021 tendo em vista as tratativas nacionais do grupo de cybergurança sobre as diversas vertentes de segurança da informação na Justiça Eleitoral.

Em que pese a elaboração, neste Tribunal, de todos os documentos exigidos na fase de planejamento pela **Resolução CNJ n. 182/2013** ([0667112](#), [0675488](#), [0687800](#), [0691048](#)), decidiu-se pela distribuição das contratações da solução pretendida a nível nacional entre os Tribunais Regionais, ficando a contratação de Firewalls e Secure





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Web Gateway à cargo deste Regional em conjunto com os TRE-AL e TRE-PE, sob coordenação do último.

Sendo assim, durante o exercício de 2022, nos termos definidos pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE), coube ao TRE-PE a missão de conduzir o processo administrativo de contratação da solução pretendida como órgão gerenciador na elaboração dos documentos de planejamento, contemplando as demandas de todos os demais TREs interessados, inclusive, no que se refere a estimativa inicial do valor desta contratação para os demais tribunais, de acordo com as contratações previstas na Estratégia Nacional para atender a Justiça Eleitoral do país (Ofício-Circular GAB-DG TSE nº 195/2022 (1821479)).

Dessa feita, no âmbito do TRE-PE foi instaurado o PSEI n. 0015391-39.2021.6.17.8000, levantando-se as necessidades de todos os Regionais interessados na contratação da solução (Ofício-Circular n. 198/2022 -SENIC - [0848983](#)), havendo o cumprimento de todos os procedimentos estabelecidos pela Resolução CNJ n. 182/2013, com a produção de todos os documentos exigidos no normativo que rege a matéria, dentre eles o ETP-PE juntado, nestes autos, no evento n. [0990942](#), demonstrando a necessidade da contratação a partir da análise da viabilidade técnica de implementá-la conjuntamente para todos os Regionais interessados.

O titular da STIC manifestou-se pela participação na contratação conjunta da *Solução de Firewall e Secure Web Gateway* e informou a estimativa de quantitativo para os itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6 do Lote 1 do objeto, conforme manifestação n. 14/2022 ([0849219](#)), ratificada na Remessa juntada ao evento n. [0992585](#) após atualização dos valores unitários finais dos itens, já havendo sido expedido ofício pela Diretoria-Geral ([0849297](#)) ao órgão gerenciador (TRE-PE).

Para instruir o feito, foram juntados todos os documentos produzidos na fase de instrução e tramitação do processo administrativo referente ao Pregão Eletrônico TRE-PE nº 73/2022: Cotações de preços ([0705361](#), [0705362](#), [0705363](#), [0705364](#), [0726374](#) e [0730681](#)), Estudo Técnico Preliminar ([0990942](#)), Edital de Licitação - [0990949](#), contendo no Anexo I o Termo e Referência, Ata de Registro de Preços ARP nº 100/2022 - [0991731](#), Minuta do Contrato, parecer exarado pela assessoria jurídica do TRE-PE ([0990958](#)) e publicação do Extrato da Ata de Registro no DOU - [0996031](#).

Em cumprimento à determinação constante no evento n. [0992769](#), e com base nas informações constantes no evento n. [0991757](#) e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

anexos, a SECONT juntou minuta do instrumento contratual que irá reger a Contratação pelo TRE-RO ([0998064](#)), referente ao objeto constante da Ata de Registro de Preços n. 100/2022/TRE-PE (assinada em 23/12/2022, publicada no Diário Oficial da União - DOU n. 243, de 27/12/2022, Seção 3, fl. 221, com vigência por 12 meses, a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, e gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE).

Em seguida juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 1.610.719,90 (um milhão, seiscentos e dez mil setecentos e dezenove reais e noventa centavos) para custear a despesa ([0993992](#)), informando que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro (Proposta orçamentária 2023 registrada no processo nº 0000150-50.2022.6.22.8000).

Instada, a AJSAOFC opinou, em síntese, pela inexistência de óbice legal na atuação do TRE-RO, como órgão participante na contratação da solução pretendida gerenciada pelo TRE-PE, divulgada meio do Ofício-Circular TRE-PE n. 198/2022/SENIC ([0848983](#)), processada no Pregão Eletrônico – SRP – n. 73/2022 (Processo SEI n. 0000057-28.2022.6.17.8000 - [0990949](#)), resultando na lavratura da ARP nº 100/2022 ([0991731](#)); pela possibilidade jurídica da contratação da solução de TIC pretendida nas quantidades registradas para este órgão participante na ARP n. 100/2022, que será firmada por meio da assinatura da Minuta do Contrato ([1002451](#)) com a empresa **OI S/A** - CNPJ n. 76.535.764/0001-43, dispensando-se uma nova análise jurídica das **minutas do edital e do contrato produzidas no âmbito do PE 73/2022**, uma vez que estes instrumentos foram APROVADOS pela assessoria jurídica do órgão gerenciador, conforme evento n. [0990958](#) (Parecer Jurídico N. 879/20202-TRE-PE/PRES/DG/ASSDG), registrando, tão somente a necessidade de verificação do prazo de vigência contratual relativa aos itens 5 e 6 (implantação e treinamento).

Considerando o apontamento inserido ao item 53 do parecer jurídico n. 87/AJSAOFC (evento [1001142](#)) relativo ao prazo de vigência contratual, e em atendimento ao determinado no evento [1001936](#), a SECONT juntou no evento [1002451](#) nova minuta de Contrato para o presente objeto contendo os ajustes solicitados.

De posse dos autos, a SAOFC manifestou-se ratificando da aprovação dos documentos elaborados na fase de planejamento no TRE-PE, pela autorização da contratação da solução de TIC pretendida via ARP



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nº 100/2022 ([0991731](#)), pela autorização para emissão de nota de empenho em favor da empresa OI S/A, inscrita no CNPJ sob o n. 76.535.764/0001-43, no valor total de R\$ 1.610.719,90 (um milhão, seiscentos e dez mil setecentos e dezenove reais e noventa centavos), por conseguinte formalização contratual nos moldes da minuta juntada no evento [1002451](#), com a publicação do ato na imprensa oficial em respeito ao princípio da publicidade ([1003086](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, considerando tratar-se de contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, devem ser observadas as diretrizes específicas previstas pela Resolução CNJ nº 182/2013. No caso em apreço, conforme relatado, em que pese haver sido produzidos os documentos exigidos no âmbito deste Tribunal, todos foram desconsiderados tendo em vista a unificação da contratação em âmbito nacional gerenciado pelo TRE-PE, de modo que todos os trâmites prévios para aquisição do objeto pretendido foram definidos pelo TSE, como se verifica no Ofício-Circular GAB-DG TSE nº 195/2022 (1821479), juntado no Processo Administrativo SEI n.0001776-07.2022.6.22.8000, bem como das informações juntadas ao presentes autos ao evento n. [0990942](#) que demonstra que a equipe de planejamento do TRE-PE elaborou **ETP** (processo SEI nº 0000057-28.2022.6.17.8000).

Compulsando os autos, verifica-se que, conforme previsto na Estratégia Nacional de Cibersegurança TSE e TREs (2021 a 2024), a equipe de planejamento do TRE-PE assumiu a missão de conduzir o processo administrativo de contratação de soluções de aquisição de firewall com software de análise de logs, conexão 2FA para VPN e suporte/garantia. como órgão gerenciador, elaborando todos os documentos exigidos na legislação de regência e processando a contratação via certame licitatório (Pregão Eletrônico n. 73/2022/TRE-PE - [0990949](#)).

O procedimento resultou na assinatura e publicação da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TRE/SP Nº 100/2022 ([0991731](#)), o que viabilizou a contratação da SOLUÇÃO UNIFICADA por parte de todos os Tribunais Regionais Eleitorais participantes.

No caso em tela, a participação colaborativa deste Regional no PE nº 73/2022 conduzido pelo TRE-PE, para que possa contratar conjuntamente os objetos de interesse descritos no TR (anexo I do Edital juntado ao evento n. [0942857](#)), está amparado nas normas de regência (**artigo 2º, IV e prescrita pelo artigo 6º, ambos do Decreto nº 7.892/2013**). Ademais, tal medida reduziu sensivelmente os custos diretos e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

indiretos com os trâmites de um certame, além de possibilitar a redução dos valores estimados em razão da compra em escala gerada por este agrupamento de demandas. Nesses termos, tal medida atende aos princípios da eficiência e da economicidade, ficando demonstrada sua vantajosidade.

Como bem registrado no parecer da AJSAOFC, em que pese não haver informação acerca do registro e divulgação da IRP por meio do sistema pontuado no Decreto 7892/2013 (SIASG), verifica-se que o objetivo de publicidade preconizado pela norma foi preservado, consoante Ofício-Circular TRE-PE n. 198/2022/SENIC ([0848983](#)): e Ofício TRE-RO n. 137/2022 - PRES/DG/GABDG ([0849297](#)), que possibilitaram a divulgação e participação de diversos TRE's da fase de planejamento da contratação compartilhada.

Além disso, em cumprimento aos termos trazidos na legislação de regência (art. 6º do Decreto 7892/13), ressalta-se que há registro da concordância com o objeto a ser licitado, inclusive seu quantitativo foi atendido, como se verifica nos documentos anexados aos eventos [0849219](#) e [0849297](#). E a ciência da ARP nº 100/2022, oriunda do PE nº 73/2022-TRE-PE, é atestada pela juntada da própria ata em questão nos autos ([0991731](#)), bem como tem-se que a inclusão no registro de preço foi formalizada neste Tribunal por meio dos documentos juntados no presente autos, iniciando-se com o Despacho nº 791/2022, de 24/06/2022, de lavra da Diretora-Geral deste Tribunal ([0848985](#)).

Em que pese a ausência de manifestação circunstanciada do secretário da SAOFC nos termos balizados pela IN TRE-RO 04/2008, houve deliberação tácita sobre o assunto pela autoridade competente (Diretora-geral, conforme inciso I do art. 1º da Portaria TRE-RO nº 66/2018), tornando o procedimento interno em comento regular, pois a autorização da DG supre as falhas em relação ao estabelecido pelo artigo 19 da IN mencionada.

No tocante à disponibilidade orçamentária e financeira, como já mencionado pelo bem lançado Parecer Jurídico AJSAOFC ([1001142](#)), é permitido desencadear o Pregão Eletrônico para formação de registro de preço, independentemente da existência de recursos financeiros para realização das contratações, consoante regra expressa contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013. Contudo, não há óbice para ser firmado o contrato com a detentora da ARP em análise, uma vez que a Programação Orçamentária ([0993992](#)), no valor de **R\$ 1.610.719,90** (um milhão, seiscentos e dez mil setecentos e dezenove reais e noventa centavos) comprova a disponibilidade orçamentária para abarcar com a despesa pretendida.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Pelo exposto, da análise dos presentes autos, verifica-se que todos os normativos que regem a matéria foram obedecidos no processo de contratação conjunta, havendo o cumprimento de todas as fases e produção de todos os documentos exigidos nos diplomas normativos em vigor, bem como apurada a vantajosidade da aquisição pela unidade solicitante, e com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018:

1 - Autorizo a despesa, para contratação nas quantidades dos itens solicitadas pela unidade técnica ([0943358](#)) e registradas para este órgão participante na ARP n. 100/2022 ([0991731](#)), gerenciada pelo TRE-PE, que será firmado por meio da assinatura da Minuta do Contrato ([1002451](#)) com a empresa OI S/A, inscrita no CNPJ sob o n. 76.535.764/0001-43, com fulcro **art. 15, II, da Lei n. 8.666/93 c/c no art. 4º, do Decreto Federal nº 7.892/2013 c/c art. 19 da IN TRE-RO nº 004/2008**; e

2 - Autorizo a emissão da nota de empenho em favor da empresa OI S/A, inscrita no CNPJ sob o n. 76.535.764/0001-43, no valor de **R\$ 1.610.719,90** (um milhão, seiscentos e dez mil setecentos e dezenove reais e noventa centavos), condicionada à regularidade fiscal da empresa.

3- Determino a divulgação do extrato da nota de empenho ou do contrato e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO.

À SAOFC para continuidade com vistas à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 03/05/2023, às 18:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1003738** e o código CRC **CA2D36E3**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos